DIVERSIDADE E CAPACITISMO: PENSANDO AS DIFERENÇAS A PARTIR DOS ESTUDOS DECOLONIAIS E DA TEORIA DO FEMINISMO NEGRO

Bianca Spode Beltrame¹

Andrea Poletto Oltramari²

RESUMO

Perceber a pessoa com deficiência (PcD) tendo por base uma perspectiva pré-concebida, limitante por natureza, advém de uma construção sócio-histórica de pensamentos colonizadores que instauram uma série de preconceitos, tais como, que a PcD não teria condições de ter um pensamento crítico, autonomia, não teria uma vida ativa social e politicamente, entre outros. O ideal colonizador faz com que as capacidades das PcD sejam suprimidas por um discurso eurocêntrico totalizante e excludente, capacitista, cujo objetivo é manter a estrutura de dominação. A PcD precisa passar a ser protagonista do discurso sobre capacidades, mostrar que a deficiência não está na pessoa, mas na sociedade. A proposta desse ensaio é adotar os princípios trazidos pelos estudos decoloniais e pela teoria do feminismo negro para pensar a diversidade e o capacitismo em seu contexto, práticas, cultura e significados específicos. Importante entender que, ao se contraporem a hierarquia até então imposta, esses estudos não vieram para sobrepor os demais, mas para contestar. Eles surgem para revitalizar as teorias, superando os binarismos com a inclusão de diversas geografias. Por esse motivo, entende-se que unir o pensamento decolonial e as teorias elaboradas pelas feministas negras é a proposta mais apropriada para analisar a diversidade, o capacitismo, e as suas interseccionalidades.

Palavras-chave: Diversidade. Capacitismo. Pensamento Decolonial. Feminismo Negro.

ABSTRACT

¹ Doutoranda em Administração pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/EA/UFRGS), com período sanduíche no Research center of Teaching and learning, Inclusion, Disability, and Educational Technology (Centro TIncTec) da Università degli studi di Macerata (UniMc/Itália) e Pesquisadora no Observatório Internacional de Carreiras (OIC - PPGA/EA/UFRGS). Possui Especialização em Administração Pública Contemporânea pela UFRGS (2018); graduação em Administração de Empresas (2011) e graduação em Direito (2006); MBA em Gestão de Pessoas, com formação para o Magistério Superior (2012) e Mestrado em Direção de Recursos Humanos pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales/UCES/Buenos Aires (2015), reconhecido pelo PPGA/EA/UFRGS. Atualmente é Servidora Técnica-Administrativa em Educação - Administradora, lotada na Pró Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Santa Maria (NUCAD/CCRE/PROGEP/UFSM). Possui experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Recursos Humanos, Gestão de Supermercados, Sucessão Familiar e Gestão de Organizações Públicas. Desenvolve estudos nas áreas de Relações de Trabalho, Gestão de Pessoas e Estudos Organizacionais, sobretudo relativos à inclusão; maternidade e mercado de trabalho; mobilidade; migração; carreira e suas interseccionalidades com marcadores sociais de diferenças/diversidades, como gênero, sexualidade, raça, deficiência e classe. Mãe de duas e corredora amadora.

² Possui graduação em Administração pela Universidade de Passo Fundo (1996) e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), na área de concentração "Organizações e Sociedade". Doutora em Administração, com ênfase em Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EA/PPGA/UFRGS). Pós-Doutora pela EAESP/FGV. Pesquisadora Permanente/colaboradora SOCIUS/ISEG da Universidade de Lisboa e foi Visiting Fellow do Departamento de Políticas Públicas/IRiS da Universidade de Birmingham/UK. É professora Adjunta da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Organizadora da obra Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, publicada pela Atlas. Tem publicado artigos e atua em pesquisa nos seguintes temas: Carreiras, Relações de Trabalho e Migração Internacional. É integrante/Vice-coordenadora de dois grupos de pesquisa: do grupo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho alocado na EA/PPGA/UFRGS, participando da linha de pesquisa "trabalho, gestão e subjetividade" e do grupo de pesquisa "Núcleo de Pesquisa em Políticas Administrativas (NEPA)"; Líder do tema 6, do EnANPAD: "Trabalho, gestão e subjetividade" (2015 a 2018). Líder do tema 04, GPRT EnANPAD - Relações de Trabalho (2019); Líder do tema 5 (2020), GPRT EnANPAD - Admirável mundo (do trabalho) novo? Carreiras flexíveis, desigualdade e precariedade"; Membro do Grupo "Diálogos sobre o Trabalho" do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais e do Red Pilares. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS. Coordenadora do Observatório Internacional de Carreiras (OIC) vinculado ao PPGA/EA/UFRGS. Fez parte do Comitê Científico da Área de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho da AnPAD (2021-2023). Coordenadora Geral do Congresso Internacional de Migração e Diáspora Brasileira, CIMDAB, 2022-2023.

Perceiving the person with a disability (PwD) based on a preconceived perspective, limiting by nature, comes from a socio-historical construction of colonizing thoughts that establish a series of prejudices, such as that the PwD would not be able to have a critical thinking, autonomy, would not have a socially and politically active life, among others. The colonizing ideal causes the capabilities of PwD to be suppressed by a totalizing and excluding, capacitist Eurocentric discourse, whose objective is to maintain the structure of domination. PwD needs to become the protagonist of the discourse on capabilities, showing that disability is not in the person, but in society. The purpose of this essay is to adopt the principles brought by decolonial studies and black feminist theory to think about diversity and ableism in its context, practices, culture and specific meanings. It is important to understand that, by opposing the previously imposed hierarchy, these studies did not come to superimpose the others, but to challenge them. They appear to revitalize theories, overcoming binaries with the inclusion of different geographies. For this reason, it is understood that uniting decolonial thinking and the theories elaborated by black feminists is the most appropriate proposal to analyze diversity, capacitism, and their intersectionalities.

Keywords: Diversity. Capacitism. Decolonial Thought. Black Feminism.

INTRODUÇÃO

Perceber a pessoa com deficiência (PcD) tendo por base uma perspectiva pré-concebida, limitante por natureza, advém de uma construção sócio-histórica de pensamentos colonizadores que instauram uma série de preconceitos, tais como, que a PcD não teria condições de ter um pensamento crítico, não teria autonomia, não teria uma vida ativa social e politicamente, entre outros. Tais pensamentos resultam em ideias que passam a ser disseminadas pelas mais distintas esferas sociais e acabam por afetar todos os sujeitos com deficiência, porque afirmam que tais pessoas possuem limitações, as quais lhes incapacitariam em várias instâncias da vida. O ideal colonizador faz com que as capacidades das PcD sejam suprimidas por um discurso eurocêntrico totalizante e excludente, cujo objetivo é manter a estrutura de dominação.

A PcD precisa passar a ser protagonista do discurso sobre capacidades, mostrar que a deficiência não está na pessoa, mas na sociedade. Para Aranha (2001), a inclusão social é um processo de ajuste mútuo, onde cabe à pessoa com deficiência manifestar-se com relação a seus desejos e necessidades e, à sociedade, a implementação dos ajustes e providências necessárias que a ela possibilitem o acesso e a convivência no espaço comum, não segregado. Essa seria uma diversidade decolonizada, capaz de alterar a dinâmica existente até então.

A proposta desse ensaio é adotar os princípios trazidos pelos estudos decoloniais e pela teoria do feminismo negro para pensar a diversidade e o capacitismo em seu contexto, práticas, cultura e significados específicos. Assim, busca-se conhecer a diversidade e o fenômeno do capacitismo perpetuados no Sul global. Segundo Cavalcanti e Alcadipani (2013, p. 562), pensar dessa forma "não pressupõe um possível 'enfraquecimento' ou distanciamento do objeto de estudo da Administração", mas, ao contrário, apoia-se em subsídios conceituais que permitem compreender a natureza mutante da realidade social. Esse enquadramento político-epistêmico leva a compreender o cotidiano em sua localidade, pois baseia-se num pensamento heterárquico, o qual, ao contrário do hierárquico, não estabelece um controle centralizado vertical, mas, aceita uma ordem consensual, superando a oposição.

Particularmente, o feminismo negro decolonial, baseado nos estudos decoloniais, possibilita uma nova perspectiva de análise para compreender de forma mais completa as relações derivadas de raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica de forma imbricada. O conceito de interseccionalidade apresentado pela feminista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), "(...) a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras" é necessário nesse diálogo. Somado as ideias de Angela Davis (2018), a qual considera que o feminismo negro vai além da análise interseccional das categorias de gênero raça e classe, pois

Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear. O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias "mulher" e "gênero" (Davis, 2018, p. 99).

Importante entender que, ao se contraporem a hierarquia até então imposta, os estudos decoloniais e do feminismo negro não vieram para sobrepor os demais estudos, mas para contestar. Eles surgem para revitalizar as teorias, superando os binarismos com a inclusão de diversas geografias. O projeto decolonial se estabelece a partir de um olhar para a fronteira, abarcando aqueles que até então foram excluídos. E, a seu turno, a indagação sobre a condição do sujeito na produção do conhecimento é um dos grandes aportes do feminismo à ciência (Figueiredo, 2020). Por esse motivo, entende-se que unir o pensamento decolonial e as teorias elaboradas pelas feministas negras é a proposta mais

apropriada para analisar a diversidade, o capacitismo, e as suas interseccionalidades, como far-se-á nos tópicos que seguem.

ESTUDOS DECOLONIAIS E A TEORIA DO FEMINISMO NEGRO

Tem-se que a modernidade eurocêntrica data de 1492, juntamente com a “conquista/descoberta” da América (Dussel, 1993) e o estabelecimento de uma hierarquia totalitária de longa duração, colonial em termos económicos, raciais e epistêmicos (Quijano, 1993; 2000). Seria graças a essa colonialidade que a Europa pode conceber as ciências humanas e sociais como modelo único e universal na produção de conhecimentos, além de deserdar todas as epistemologias do ocidente periférico (Oliveira & Candau, 2010).

Alguns autores afirmam que a decolonialidade igualmente tem uma extensa trajetória (Abdalla & Faria, 2017): seu *start* coincidiria com o surgimento da colonialidade; porém, sua visão cosmopolita de mundo iniciaria muito antes. Para Louredo e Oliveira (2022), tal perspectiva é fruto de um movimento originário das ciências sociais que coloca a colonização no centro do debate, como um componente constitutivo da modernidade, conhecido como giro decolonial. O giro decolonial discorda da visão eurocêntrica de mundo, tornando-se um movimento de resistência à lógica da modernidade/colonialidade que se manifesta no campo epistemológico (Ballestrin, 2013). Nesse sentido, a decolonização é uma forma de contestação da hegemonia atual nas formas de poder, ser e saber (Maldonado-Torres, 2008), a qual entende-se que tem muito a contribuir nos estudos organizacionais sobre diversidade e capacitismo.

Inúmeras proposições importantes para as ciências sociais não eurocêntricas que surgiram na América Latina foram subalternizadas e até ignoradas pela modernidade (Bernardino-Costa et al., 2018; Segrera, 2005). Porém, tais contribuições costumam ser classificadas como “pensamento” ao invés de “teoria” social e geopolítica (Abdalla & Faria, 2017). Isso porque não resultaram em agendas “positivas” que ressaltem seu caráter transcsmopolita e promovam o acesso da decolonialidade à crescente população de “vítimas” da (hiper)modernidade (Abdalla & Faria, 2017). Para Tavares e Gomes (2018) “Decolonizar é pensar de outro modo, contrariando a lógica e racionalidade dominantes, inscritas, historicamente, nas estruturas mentais colonizadas e nas estruturas coloniais sistêmicas das instituições sociais e educacionais” (Tavares & Gomes, 2018, p. 61).

Tal pensamento visa questionar a visão hegemônica sobre as culturas em geral e, mais especificamente, sobre o modo com que a cultura europeia é narrada como a única realmente moderna, superior, que se expande por todo o planeta (Dussel, 2015b, p. 56). Para isso, é necessário abandonar as lentes limitadas do eurocentrismo e aumentar o campo de visão para perceber que há uma infinidade de culturas que coexistem com a sociedade e a cultura europeia hegemônica. Elas foram negadas, foram retratadas pela Europa como bárbaras, como não culturas, como inferiores e sem história. “Ao se reconhecer essa diversidade de culturas no mundo, está presente a possibilidade de realização da crítica à modernidade, bem como uma alternativa, um caminho rumo ao projeto transmoderno” (Dussel, 2015a, pp. 282-283).

Pela transmodernidade decolonial, “não haverá uma universalidade excludente e provinciana de uma única cultura imposta e supostamente imitada por todas as outras, que exclui e desconsidera uma variedade incontável de experiências sociais, levando à constituição de uma identidade artificial unitária e homogênea por meio da exclusão das diferenças” (Dussel, 2012, p. 30). A transmodernidade é “polifacética, híbrida, pós-colonial, pluralista, tolerante, democrática [...] e afirmativa de identidades heterogêneas” (Dussel, 2016, p. 170). Ela corresponde, portanto, “à constituição de algo realmente universal, que abarca as culturas anteriores ao surgimento da própria modernidade, que abarca tudo o que está além da modernidade eurocêntrica (isto é, o que a modernidade eurocêntrica considerou como inferior ou mesmo que produziu como inexistente)” (Dussel, 2015b, p. 63).

A possibilidade de construção de conhecimentos horizontais também é abarcada na perspectiva decolonial. Para Bizarria et al. (2020) a lente decolonial possibilita diálogos entre países de língua oficial portuguesa, muitos com experiências coloniais em comum, sendo um caminho para a consolidação de práticas acadêmico-formativas integradoras da diversidade cultural que levam em consideração a pluralidade de saberes. Além disso, a perspectiva decolonial é um projeto que pode mitigar a falta de capacidade comunicativa e organizacional dos países da América Latina no sentido da construção e fortalecimento de uma comunidade do Sul (Couto; Honorato & Silva, 2019).

A transmodernidade decolonial surge assim para possibilitar diálogos críticos entre as diferentes “modernidades” que constituem o mundo em que diversos mundos e conhecimentos podem coexistir (Abdalla & Faria, 2017). As lacunas presentes na questão da diversidade hodiernamente surgem justamente porque essas

identidades/diversidades/capacidades são definidas com base num olhar da hegemonia masculina. Uma diversidade decolonial permitiria que o capacitismo fosse definido por aqueles que “não possuem capacidade” de acordo com o *mainstream*; ou seja, com aquilo que é tido como convencional, que obedece a padrões e regras. É mais do que dar voz as pessoas com deficiência, mas (re)reestruturar o mundo pelo olhar deles. Decolonizar é usar as lentes daqueles que foram esquecidos durante a história, é reapropriar.

Cabe ponderar também que, historicamente, as pessoas do Sul global têm sido consideradas enquanto objetos de teorias elaboradas no Norte, de modo que suas vidas e experiências são reduzidas a serem analisadas, inibindo, em boa medida, a possibilidade em serem suas próprias analistas (Reghim, 2020). Boaventura de Sousa Santos, ao cunhar o termo “Epistemologias do Sul” defende que o colonialismo foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder (Santos & Meneses, 2010). Esse *modus operandi* do colonialismo é o que faz com que os povos colonizados permaneçam com suas formas de saber suprimidas.

Para Abdalla e Faria (2017), essa agenda decolonial em estudos organizacionais se baseia não em eventual rearticulação de revisionismos essencialistas, mas em promoção de avanços transcospolitas em três âmbitos interconectados: (i) acadêmico – por meio do fomento de identidades políticas em pesquisa-ensino sob uma perspectiva transmoderna; (ii) educacional – por meio do resgate, co-construção, legitimação e disseminação de conhecimentos alinhados às realidades locais e alternativas; e (iii) social – por meio da co-construção de saberes decoloniais engajados com dinâmicas de colonialidade-decolonialidade enfrentados pela sociedade e academia em escala global.

Observa-se que os conceitos sobre capacitismo se reescrevem e se atualizam; entretanto, nessa visão não decolonizada, há sempre um sentido que permanece: o imaginário de que existem pessoas com capacidades plenas, e de que as pessoas com deficiência são incapazes por natureza. Essa generalização sobre a hierarquização dos corpos, apesar de errada, tem a sua finalidade. Mello (2016) afirma que a hierarquização dos corpos está diretamente relacionada com o capacitismo e, especialmente, com o capitalismo - alcançado pela exclusão e pela dominação. A emancipação de todas as opressões sobre a pessoa com deficiência só será possível se ocorrer concomitantemente com uma mudança estrutural da sociedade, e a agenda decolonial em estudos organizacionais proposta por Abdalla e Faria (2017) surtiria efeitos positivos nesse processo.

Porém, os estudos decoloniais, no Brasil e no exterior, ainda têm sido conduzidos em sua maioria por pesquisadores brancos que possuem privilégios estruturais, o que é um antagonismo. Para Faria, isso é uma decolonização que não decoloniza os estudos em diversidade (Faria, 2022). Assim como o ser negro é militância, não fetiche (Faria, 2022), as PcD não são incapacitadas, mas possuem capacidades diversas e são aptas a lutarem por isso. Todavia, a ideia eurocêntrica não é definida com base no que essas pessoas pensam sobre capacidades, mas sim, pelo que as pessoas “sem” deficiência entendem por capacitismo. Dessa visão limitada e limitadora, provem os casos de discriminação contra as pessoas com deficiência na sociedade e no ambiente laboral.

Tem-se também o “feminismo decolonial”, conceito proposto por Lugones (2008) a partir de duas fontes. Uma das fontes são as críticas feitas pelo feminismo negro, latino-americano, indígenas, pelo feminismo materialista francês e pelo feminismo hegemônico em sua universalização do conceito de mulher e, com isso, seu viés racista, classista e heterocêntrica (Espinosa et al., 2013). Outra fonte são os próprios pensamentos decoloniais, desenvolvido por diferentes pensadores latino-americanos e caribenhos.

A teoria elaborada pelo feminismo negro é uma parte importante do pensamento decolonizador, pois essas mulheres exploram tal perspectiva epistemológica do ponto de vista *afrocentrado* (Collins, 2019), também destacando as questões relacionadas às implicações da posicionalidade na qualidade do conhecimento produzido. Pois, Norte e Sul não são apenas definições geográficas ou cartográficas, mas epistêmicas (Faria, 2022). Lélia Gonzalez, por exemplo, auxilia a decolonizar a diversidade conectando os marcadores sociais da diferença de classe, raça e gênero com as relações de poder.

Para além dessa abordagem interseccional, a autora apresenta uma análise da sociedade brasileira comparada com os demais países da América e com a África. Problematizou a forma de inserção do negro na sociedade colonial de capitalismo dependente, questionando e desconstruindo o mito da democracia racial, criticando a estrutura de organização do pensamento moderno/colonial eurocêntrico. Em sua exploração, Gonzalez articula o marxismo e a psicanálise defendendo a tese sobre o racismo enquanto um sintoma caracterizador da *neurose cultural brasileira* (Gonzalez, 2020). Sua produção intelectual é permeada por uma compreensão profunda do colonialismo vivido pela sociedade brasileira que tem no racismo e no eurocentrismo suas principais características.

Interseccionalidade é um conceito cunhado pela teórica feminista Kimberlé Crenshaw que se transformou em um termo guarda-chuva para cobrir a ideia de que as formas de dominação são múltiplas (Kyrillos, 2020). Teve-se bastante avanço acadêmico no sentido de incorporar essa possibilidade interpretativa e analítica. Houveram ainda avanços educacionais, como o aumento expressivo no número de mulheres cursando ensino superior, e isso mudou a inserção e área de inserção dessas mulheres no mercado laboral. Mesmo que timidamente, o número de PcD acessando o ensino superior e o mercado de trabalho também vem aumentando. Consequentemente, isso resulta em um maior ativismo político dessas minorias sociais. Porém, houve permanências, por exemplo no sistema de mercado de trabalho: as mulheres e as PcD ainda têm menos oportunidades de ascensão na carreira e, consequentemente, menores salários, mesmo com maior escolaridade. Igualmente têm mais probabilidade de serem expulsas do mercado de trabalho em tempos de crise, como agora (Kyrillos, 2020).

Nesse sentido, afirma Ribeiro que “(...) por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam arduamente as opressões, elas não deixam de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que infligem a outros grupos” (Ribeiro, 2018, p. 68). Dessa forma, o que percebemos é que o simples fato de o racismo, e aí podemos incluir também o capacitismo, serem fenômenos de origem social e estrutural, não exime a responsabilidade individual de cada cidadão por perpetuar as condições para que essa estrutura se mantenha, inclusive nas relações de trabalho, onde, aliás, as formas de segregação estão cada vez mais sofisticadas.

Dessa forma, o capacitismo precisa entrar nessa análise interseccional, pois é outra configuração eurocêntrica de dominação que se soma as demais opressões. E a militância também surge desses movimentos. A repressão política advinda do regime militar instaurado em 1964 fomentou a mobilização de diferentes grupos sociais, e, as pessoas com deficiência se organizaram para lutar por seus direitos (Amorim, Rafante & Caiado, 2019). Aproveitando-se disso, os agentes governamentais passaram a ver as pessoas com deficiências com base em seu fator econômico. De acordo com Amorim, Rafante e Caiado (2019) seria mais eficaz investir e aproveitar a mão-de-obra das PcD para o mercado de trabalho, que mantê-las à base de programas de assistência, com custos elevados de manutenção e nenhum retorno econômico.

Além de tornar a pessoa com deficiência produtiva na sociedade capitalista, o relatório brasileiro de atividades (Brasil, 1981) evidencia que essa forma de organizar o atendimento prestado à PcD contribuía para liberar seus familiares para o trabalho:

[...] É fato incontestável que a deficiência que atinge um membro da família e da comunidade, não é simplesmente um problema social, mas tem profundas consequências econômicas. Sem o atendimento necessário, a pessoa deficiente tornou-se não só incapaz de prover necessidades como mobiliza, em torno de si, uma ou mais pessoas da família que deixam de participar mais ativamente da vida comunitária e da força de trabalho para atendê-lo [...] (Brasil, 1981, p. 04).

Inúmeros grupos surgiram em busca da emancipação da pessoa com deficiência (Lanna Junior, 2010). Com relação às lutas pelo direito à educação das PcD, houve vários esforços coletivos para buscar sua autonomia, sob o lema “nada sobre nós, sem nós”, visando romper com o poder tutelador que as oprimia (Amorim, Rafante & Caiado, 2019). Para Matos e Oliveira (2016), esse lema, veiculado desde a década de 80, reforça a trajetória de pressão do grupo para participar ativamente de decisões relativas a políticas públicas que lhes dissessem respeito (Matos & Oliveira, 2016). Isso é exemplo claro da tentativa de decolonizar o conceito de diversidade, pois são as PcD entendendo que são elas que devem falar sobre elas mesmas. Além disso, os movimentos sociais mais do que agentes políticos de transformação social, são também produtores de conhecimento: todo pesquisador é um militante. E, nesse sentido, o trabalho da pesquisadora-militante Lélia Gonzalez ainda é atual, pois trata dessas dificuldades que a sociedade tem de alterar a sua realidade social, cultural, econômica e política.

March (1982), em um ensaio acerca do lugar da mulher na teoria sociológica clássica, evidencia o caráter androcêntrico da ciência, que ela define como “o Ego implícito ou o centro a partir do qual as teorias são elaboradas, as experiências e interesses implícitos sobre os quais se baseiam, são do sexo masculino” (March, 1982, p. 99). Admitindo o caráter androcêntrico da ciência, as demais consequências ficam mais evidentes, bem como o modo que essa hierarquia prejudica as minorias sociais no desenvolvimento de novas teorias. Além disso, explica como a ciência adquiriu um caráter universal e abstrato que contempla principalmente sujeitos homens, brancos, europeus, heteronormativos e sem deficiências.

Esse é o ponto onde espera-se que seja possível, a partir dos estudos decoloniais e da teoria do feminismo negro, pensar ontologicamente a diversidade e decolonizar o capacitismo vivenciado no Sul global. Assim, o item a seguir versa sobre compreender o capacitismo em seu mais amplo conceito.

O CAPACITISMO

O capacitismo tem sido pensado para nomear a discriminação de pessoas por motivo de deficiência (Campbell, 2001; Dias, 2013; Farias, 2020; Mello, 2016; Oliveira & Silva, 2021), e também tem sido compreendido como um eixo de opressão que, na intersecção com o racismo e o sexismo (Wolbring, 2008; Campbell, 2009; Gesser, M., Block, P., & Mello, 2020) produz como efeito a ampliação dos processos de exclusão social.

A lógica capacitista é pautada no modelo médico de interpretação da deficiência que a entende como uma limitação e não como uma condição social. Diniz (2007, p. 10) explica que o modelo médico é o ato de catalogar a deficiência, enquadrando-a dentro de “parâmetros biomédicos pré-estabelecidos de incapacidades e impossibilidades com orientação a programas de reabilitação”. Para a autora, o conceito de deficiência deve ser estudado para além do modelo médico, trazendo à tona a estrutura social que oprime a pessoa com deficiência, aproximando as demandas dos movimentos de PcD a outras discriminações sociais como o sexismo, o racismo e a homofobia.

A postura capacitista advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e mobiliza a avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas. Isto é, esquece-se que as pessoas com deficiência podem desenvolver outras habilidades não agregadas à sua incapacidade biológica (não ouvir, não enxergar, não andar, não exercer plenamente todas as faculdades mentais ou intelectuais, etc.) e “serem socialmente capazes de realizar a maioria das capacidades que se exige de um ‘normal’, tão ou até mais que este” (Mello, 2014, pp. 94-96, grifos do autor).

Essa (des)classificação das PcD, assim como os estudos organizacionais, foram objeto da colonialidade epistêmica nos últimos 160 anos (Couto, Honorato & Silva, 2019). Esta visão naturalizada da Administração não foi adotada de maneira aleatória, mas construída historicamente pela conveniência dos políticos das potências centrais, cujo maior interesse era a expansão do sistema capitalista e da condição de dependência nos países periféricos durante o contexto da guerra fria (Barros & Carrieri, 2015; Couto, Honorato & Silva, 2019). E, até hoje, a produção latino-americana sobre práticas e saberes locais de gestão não são do interesse de países do Norte, ficando o conhecimento aqui

produzido relegado à uma condição subalterna ou periférica (Carvalho, Ipiranga, & Faria, 2017).

As políticas de “inclusão” existentes não superam as condições em que se produz a exclusão, na medida em que não desestruturam ou rompem com o *mainstream* da produção capitalista, mas apenas colaboram para um ajuste ou uma acomodação na relação entre capital e trabalho. Assim, diante dos efeitos do neoliberalismo, é necessária a decolonização da diversidade e a reconstrução de instrumentos e recursos para os segmentos mais vulneráveis e precarizados, dentre eles as PcD. Infelizmente, as organizações e as instituições de ensino de gestão têm repetido esses problemas, reforçando estereótipos nocivos às minorias sociais (Paim & Pereira, 2018), ignorando e até banalizando a racialização das relações e as diferenças de privilégios entre profissionais brancos e indivíduos pertencentes a grupos minoritários (Bento, 2002).

Os estudos sobre diversidade nas organizações e relações de trabalho têm mantido seu olhar sob a lente do colonizador, eurocêntrico, caucasiano, rico, heteronormativo, sem deficiências, jovem e belo. Dessa forma, cabe à sociedade, de forma genérica, e à academia, de forma particular, promover um movimento de decolonização dessas identidades sociais e políticas de diversidade instrumentalizadas. Porém, como destaca Reich (2020), para que isso ocorra, é necessário que tomemos consciência da onnipresença de um "sistema manipulado" de injustiças sociais e culturais, que são economicamente determinadas e estruturadas (Reich, 2020).

No mesmo sentido, Souza, Ribeiro e Carvalho (2021), defendem que é preciso que a pessoa com deficiência seja considerada em diversas faces: em sua classe social, em sua família, em seu gênero, sua sexualidade, sua raça, na infinidade de possibilidades que podem ajudar ou não essa pessoa a trabalhar, estudar, viver e exercer sua autonomia, sendo respeitada em sua maneira de ser ela mesma. Complementarmente, “critérios sexuais, etários e raciais influenciam sobremaneira no grau de opressão real que hierarquiza os espaços privados e públicos” (Matos & Oliveira, 2016, p. 188) e essa opressão é, em muitos casos, amenizada ou até mesmo invisibilizada em percepções que consideram apenas uma categoria de vulnerabilidade.

Considerando que as relações de gênero, raça, deficiências e geopolíticas constituem as relações sociais de modo geral, seus efeitos reverberam para o modo de produção científica, já que esse é realizado em ambientes sociais e, portanto, resulta em desigualdades e diferenças. Ou seja, o conhecimento científico é produzido de acordo

com as relações sociais nas quais está inserido, reproduzindo questões estruturais, sociais e culturais (Collins, 2019; Reghim, 2020). Dessa forma, a transmodernidade decolonial, enquanto prática de resistência inclusive teórica às opressões coloniais, pode representar, para as pessoas com deficiência, uma forma de reconhecer suas vulnerabilidades e atribuir-lhes novos direitos, diante do potencial de inclusão e ressignificação da deficiência pela perspectiva decolonial.

Os estudiosos da diversidade e do capacitismo decoloniais seriam aqueles que conseguissem sintetizar essas demandas, teorizando sobre novas perspectivas que incluíssem o Sul global e outras minorias. Assim como as PcD, mulheres e moradores do Sul global sempre foram e seguem sendo encaradas como “O Outro” do saber científico, comumente identificadas como objeto ou como ser sentimental, bem distante de serem reconhecidas enquanto sujeitos racionais (Escobar, 2004). Para Lugones (2008) impera o caráter generificado do conhecimento constituído pela colonialidade de gênero, além de todas as demais perversidades, tais quais o eurocentrismo, a racionalidade moderna, entre outros (Lugones, 2008). Pessoas com deficiência que falem sobre as suas capacidades e limitações – não apenas teóricos conjecturando ideias capacitistas -, esse é o ideal da diversidade decolonizada e transmoderna.

CAPACITISMO PELALENTE DECOLONIAL – ENTRELACANDO CONCEITOS

Há uma naturalização dos processos organizacionais nas teorias administrativas consideradas hegemônicas (Alvesson e Deetz; 1996; Davel & Alcadipani; 2003; Ibarra-Colado 2006; 2012; Alcadipani, 2011; Couto, Honorato & Silva, 2019). E, para esses autores, tal movimento de naturalização apaga a influência do contexto sócio-histórico na construção do conhecimento moderno, pregando a existência de modelos universais de gestão. Segundo Aníbal Quijano (2000), por esse motivo, a modernidade pode ser considerada um eixo do capitalismo eurocêntrico e entendida como “a fusão das experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, criando um universo específico de relações intersubjetivas de dominação sob uma hegemonia eurocentrada” (Quijano, 2000, p. 343).

É dentro desse contexto que está colocada a pessoa com deficiência do Sul, colonizada e com suas múltiplas especificidades. Os estudos em gestão,

predominantemente eurocêntricos, até então têm contribuído para que o capitalismo global se beneficie de modernas formas de escravidão, racismo e preconceito contra outras minorias, tais quais as PcD. Jessé Souza apresenta como essa modernidade se relaciona com a realidade de diversos “subcidadãos”:

Pretendo demonstrar como a naturalização da desigualdade social e a consequente produção de “subcidadãos” como um fenômeno de massa em países periféricos de modernização recente como o Brasil, pode ser mais adequadamente percebida como consequência, não de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que se implanta paulatinamente no país a partir de inícios do século XIX. Nesse sentido, meu argumento implica que nossa desigualdade e sua naturalização na vida cotidiana é moderna posto que vinculada à eficácia de valores e instituições modernas a partir de sua bem-sucedida importação “de fora para dentro” (Souza, 2004, p. 79, grifos do autor).

O capacitismo é também mais um dos sintomas fruto da *neurose cultural* defendida por Gonzalez (2020), pois, na rotina organizacional, a sina do poder atrelada à perversidade pode originar condutas violentas ou assediadoras contra as PcD. O capacitismo é mais uma forma de repressão; tanto no sentido psicológico quanto social e cultural, por isso é sintoma da neurose cultural brasileira. Neurose esta “que se traduz na negação do caráter plurirracial e pluricultural de nossa formação social e na imposição de uma educação unidirecionada (europocêntrica ou ocidentalizante) que violenta e desrespeita a alteridade” (Gonzalez, 2018, p. 02). Dessa forma, pensar em uma sociedade de forma democrática e decolonializada implica, fundamentalmente, pensá-la a partir de sua diversidade. E, “por aí se vê que a decantada “cordialidade” brasileira, assim como a tão exaltada “democracia racial”, não passam de mitos elaborados pela ideologia dominante para melhor ocultar a sua violência” (Gonzalez, 2018, p. 02, grifos da autora).

No imaginário moderno de superação, em que o individualismo se dota de marca definitiva de status, poder e excelência, o capacitismo encontra um excelente aliado no neoliberalismo (Dias, 2013). Ou seja, a sociedade passa a se organizar em torno do corpo “perfeito”, de sua busca por individualidade e autossustentação e nunca por uma coletividade, afinal a característica definidora do neoliberalismo é oprimir qualquer forma de aliança solidária. “Nesse mundo faustiano, as pessoas com deficiência são cada vez mais exploradas, e convidadas a acreditar que enquanto isso salvam o mundo, tornando-se exemplos” (Dias, 2013, p. 11). Dessas relações hegemônicas neoliberalistas de poder que acabam por surgir os casos de capacitismo.

O pensamento decolonial e a teoria feminista negra têm uma preocupação para além do acadêmico. Eles querem influenciar toda a comunidade. O objetivo da

decolonialidade é desconstruir, reconstruir e co-construir uma sociedade mais diversa, justa e igualitária. Dessa forma, os estudos a respeito da classificação de PcD no mercado laboral são muito importantes; pois, a inserção funcional das PcD na matriz capitalista e seus pontos de hierarquia impacta na estrutura da sociedade e reforça às visões hegemônicas.

A diversidade que deve estar presente nas estruturas organizacionais e relações de trabalho representa desafios para a gestão e podem resultar em ideologias defensivas em relação à diferença. Essas concepções sucedem em práticas excludentes, tais quais o capacitismo, e na atribuição de identidades que se solidificam em distinções essencialistas baseadas em raça, etnia, gênero, orientações afetivo-sexuais, idade, cultura, religião, crenças, estética, deficiências (físicas, mentais, sensoriais, psicossociais, intelectuais), nacionalidade ou região de origem, e classe social. Tal movimento de exclusão pode se manifestar em ações simbólicas ou materializadas de marginalização que perpetuam um ciclo de violência e privação de direitos.

O pensamento decolonial defende a urgência de se resgatar as promessas modernas de uma sociedade mais livre e igualitária, pois a liberdade e a igualdade são pretensões sociais que se tornaram legítimas na transmodernidade, mas que coexistem, em aparente contradição, com a desigualdade igualmente moderna da colonialidade e do capitalismo (Carvalho, 2020). Representa uma disputa política de espaços no campo da Administração, com o resgate dos saberes tradicionais e a possibilidade de desenvolvimento de novas linhas heterárquicas.

Acredita-se que a análise das práticas regionais, bem como a valorização dos saberes locais e o esforço analítico dusseliano (denúncia e resistência do outro que é oprimido) são as premissas pelas quais os pesquisadores assumirão a responsabilidade de contribuir para a libertação das formas hegemônicas existentes no *mainstream* (Couto, Honorato & Silva, 2019).

Importa aqui perceber o quanto o conhecimento acadêmico e científico, enquanto reflexão sobre o mundo das PcD, realizada pelas PcD, possui potencial de transformação. O que se espera é a recuperação e co-construção de possibilidades que continuam sendo negadas e apropriadas por sistemas que reafirmam a colonialidade via escravidão negra. E a teoria transmoderna decolonial surge como um campo fértil para a insurgência desses novos estudos em gestão de pessoas e relações de trabalho, que devem ter como prisma a

pluralidade, a diversidade e a interseccionalidade das vulnerabilidades presentes na vida das PcD.

REFERÊNCIAS

Abdalla, M. M.; & Faria, A. (2017). Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(4), pp. 914-929.

Alcadipani, R. (2011). Academia e a fábrica de sardinhas. *Organizações & Sociedade*, 18(57), 345-348.

Alvesson, M., Deetz, S. (1996). Critical theory and postmodernism approaches to organizational studies. In S. Clegg, C. Hardy, & W. Nord (Eds.), *Handbook of organization studies* (pp. 255-346). London: Sage.

Amorim, J. F. G., Rafante, H. C., & Caiado, K. R. M. (2019). A organização política das pessoas com deficiência no Brasil e suas reivindicações no campo educacional. *Revista Educação Especial*, 32, pp. 1-26.

Aranha, M. S. F. (2001). Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, v. 11, n. 21.

Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, pp. 98-97.

Barros, A. N., & Carrieri, A. de P. (2015). O cotidiano e a história: Construindo novos olhares na administração. *Revista de Administração de Empresas*, 55(2), 151-161.

Bento, M. A. S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/T.47.2019.tde-18062019-18151>

Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (2018). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.

Bizarria, F. P. D. A., Tassigny, M. M., Barbosa, F. L. S., & Freire, J. C. D. S. (2020). Inovação em gestão universitária no campo decolonial: estudo do suporte normativo de uma universidade de integração internacional. *Organizações & Sociedade*, 27(95), pp. 855-879.

Brasil (1981). Ministério de Estado da Educação e Cultura. *Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes*. Relatório de Atividades Brasil. Brasília.

Campbell, F. K. (2001). Inciting Legal Fictions: Disability'S Date with Ontology and the Ableist Body of the Law. *Griffith Law Review*, v. 10, n. 1, pp. 42-62.

Campbell, F. K. (2009). *Contours of ableism: The production of disability and abledness*. New York, NY: Palgrave Macmillan.

Carvalho, R. K. M. (2020). A utopia decolonial: o projeto transmoderno, pluriversal e o direito à diferença de igualdade. *PerCursos*, 21(47), pp. 130-152.

Carvalho, V., Filho, Ipiranga, A. S., & Faria, A. (2017). (De)Colonialidade na educação em administração: Explorando limites e possibilidades. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 25(47), pp. 1-34.

Cavalcanti, M. F., & Alcadipani, R. (2013). Organizações como processos e teoria ator-rede: A contribuição de John Law para os estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(4), 556-568.

Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

Couto, F. F., Honorato, B. E. F., & Silva, E. R. D. (2019). Organizações outras: diálogos entre a teoria da prática e a abordagem decolonial de Dussel. *Revista de Administração Contemporânea*, 23(2), pp. 249-267.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n.1, pp. 171-189.

Davel, E., & Alcadipani, R. (2003). Estudos críticos em administração: A produção científica brasileira nos anos 1990. *Revista de Administração de Empresas*, 43(4), 72-85.

Davis, A. (2018). *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo, Editora Boitempo.

Dias, A. (2013). Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência. *Anais [...]*, São Paulo.

Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Dussel, E. (1993). *O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

Dussel, E. (2005). *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. 3. ed. São Paulo: Paulus.

Dussel, E. (2012). Para um diálogo Inter-filosófico Sul-Sul. *Filosofazer - Revista do Instituto Superior de Filosofia Berthier*, Passo Fundo, n. 41, pp. 11-30.

Dussel, E. (2015a). Agenda para um diálogo inter-filosófico Sur-Sur. In: Dussel, Enrique. *Filosofías del Sur: descolonización y transmodernidad*. Ciudad de Mexico: Akal. pp. 81-102.

Dussel, E. (2015b). La nueva Edad del mundo: la transmodernidad. In: Dussel, Enrique. *Filosofías del Sur: descolonización y transmodernidad*. Ciudad de México: Akal.

Dussel, E. (2016). *Paulo de Tarso na filosofia política atual e outros ensaios*. São Paulo: Paulus.

Escobar, A. (2004). Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: Santos, B. S. (org) (2004). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, pp. 639-666.

Espinosa, Y.; Gómez, D.; Ochoa, K. & Lugones, M. (2013). Reflexiones pedagógicas en torno al feminismo descolonial. Una conversa en cuatro voces, en, Walsh, Catherine (ed.) *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)vivir y (re)vivir* Quito: Ediciones Abya Yala.

Faria, A. de A. (2022). *Canal da FGV*. Webinar A escravidão negra e a decolonização dos Estudos em Gestão e Organização. 21 jan.

Farias, A. Q. (2020). Deficiência, docência e ensino superior: a trajetória acadêmica de uma professora cega. *Revista educação inclusiva*, 3(2), 57-65.

Figueiredo, A. (2020) Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Revista Tempo e Argumento*, v. 12, n. 29, pp. 01-24.

Gesser, M., Block, P., & Mello, A. G. (2020). Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: Gesser, M., Bock, L. K., Lopes, P. H. (ORG). *Estudos da Deficiência anticapacitismo e emancipação social*, Editora CRV Curitiba, pp. 19-29.

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz - Companhia das Letras.

Gonzalez, L. (2018). Prefácio dos Cadernos Negros. *The Journal of the Interdenominational Theological Center*. Atlanta.

Ibarra-Colado, E. (2006). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. *Organization*, 13(4), 463-488.

Ibarra-Colado, E. (2012). Cómo comprender y transformar los estudios organizacionales desde América Latina y no morir en el intento. In A. M. Martínez, R. de C. Rabiela, H. Vessuri, & A. V. Corona (Coords.), *Apropiación social del conocimiento y aprendizaje: Una mirada crítica desde diferentes ámbitos* (pp. 17-38). Madrid: Plaza y Valdés Editores.

Kyrrillos, G. M. (2020). Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1.

Lanna Júnior, M. C. M. (Comp.) (2010). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil-Brasília: *Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência*, 443p.

Louredo, F., & Oliveira, T. (2022). Northless management? A systematic review of the decolonial perspective and organization studies. *Research, Society and Development*, 11(2), e10411225378.

Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*. Bogotá/Colombia, (9): pp. 73-101.

Maldonado-Torres, N. (2008). La descolonización y el giro descolonial. *Tabula rasa*, 1(9), pp. 61-72

March, A. (1982). Female invisibility in androcentric sociological theory. *The Insurgent Sociologist*. 11(02): pp. 99-107.

Matos, A. C. H., Oliveira, L. Z. (2016). Além do estatuto da pessoa com deficiência: reflexões a partir de uma compreensão dos direitos humanos. In: Rubio, D. S.; & O., Coelho, C. J. H. (coord.). *Teorias críticas e direitos humanos: contra o sofrimento e a injustiça social*. Curitiba: CRV, pp. 311-329.

Mello, A. G. (2014). de. *Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis.

Mello, A. G. de. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. v. 21, n. 10, pp. 3265-3276, Maio.

Oliveira, L. F. D., & Candau, V. M. F. (2010). Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em revista*, 26(1), 15-40.

Oliveira, M. S., & Silva, M. C. L. (2021). O aprofundamento do Capacitismo na Pandemia. *RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade*, 6(10), pp. 259-272.

Paim, A. S., & Pereira, M. E. (2018). Judging good appearance in personnel selection. *Organizações & Sociedade*, 25(87), 656-675.

Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y America latina. Lander, E. In: *Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, CLACSO-UNESCO, 2000, pp. 201-246.

Quijano, A. (1993). América Latina en la economía mundial. *Problemas del desarrollo*. v. 24, n. 95, pp. 43-59.

Reghim, M. S. (2020). Quem produz os conhecimentos que circulam? Uma análise feminista e decolonial das revistas brasileiras sobre movimentos sociais. *Ciências Sociais Unisinos*, 56(3), pp. 277-288.

Reich, R. B. (2020). *The system: Who rigged it, how we fix it*. Vintage.

Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Editora Companhia das Letras.

Santos, B. S.; Meneses, M. P. (Org.). (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 637 p.

Segrera, F. L. (2005). Abrir, “impensar” e redimensionar as ciências sociais na América Latina e Caribe: É possível uma ciência social não eurocêntrica em nossa região? In: Lander, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. 2. ed. Buenos Aires: Clacso, pp. 95-106.

Souza, A. A. A., Palhares, J. V., Santos, T. L. B., & Rosa, M. E. A. (2019). Empresa Inclusiva? Uma Análise Comparativa entre os Discursos de Trabalhadores com Deficiência e os de Gestores de uma Empresa Cooperativa. *Revista Gestão & Planejamento*, v. 20, n. 1, pp. 218-238.

Souza, I. A., Ribeiro, K. L. G., & Carvalho, D. A. V. (2021). Feminismo Decolonial e Mulheres com Deficiência: novos direitos e vulnerabilidades. *Revista Direitos Fundamentais e Alteridade*, 5(1), p. 136-162.

Souza, J. (2004). A gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19. N. 54, pp. 79 –97.

Tavares, M.; & Gomes, S. R. (2018). Multiculturalismo, interculturalismo e decolonialidade: prolegômenos a uma pedagogia decolonial. *Dialogia*, São Paulo, n. 29, p. 47-68, mai./ago.

Wolbring, G. (2008). The politics of Ableism. *Development*, Washington DC, v. 51, n. 2, pp. 252-258.